

Agrupamento Oureana

Aviso n.º 11 980/2005 (2.ª série). — Em conformidade com o artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de Agosto de 2005.

A contar da publicação deste aviso no *Diário da República* os docentes dispõem de 30 dias para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

12 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Conceição dos Santos Prata A. Simões*.

Escola Secundária de Sampaio

Aviso n.º 11 981/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no placard da sala dos professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino referente a 31 de Agosto de 2005.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

25 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui António Costa Marques do Bem*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Agrupamento de Escolas de Milheirós de Poiares

Rectificação n.º 2099/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 10 688/2005 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 25 de Novembro de 2005, rectifica-se que onde se lê «Agrupamento de Milheirós» deve ler-se «Agrupamento de Escolas de Milheirós de Poiares».

25 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Gomes da Costa Oliveira*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Enfermagem de Vila Real

Aviso n.º 11 982/2005 (2.ª série). — Por eleição, conforme a acta n.º 37/b, do conselho pedagógico, de 23 de Novembro de 2005, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 34.º dos Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Vila Real, foi eleita presidente do conselho pedagógico, a professora adjunta Maria Cristina Quintas Antunes, com efeitos àquela data.

12 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel de Oliveira da Costa Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Despacho (extracto) n.º 26 854/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 7 de Dezembro de 2005, por delegação:

Bruno Rodolfo Pinheiro Sousa, técnico profissional de 2.ª classe, da carreira de técnico profissional de arquivo, do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto — nomeado provisoriamente, precedendo concurso, técnico profissional de 2.ª classe, da mesma carreira, do quadro de pessoal do Arquivo Distrital do Porto.

Luísa Clara Pais Neto Alves Fernandes, técnica profissional de 2.ª classe, da carreira de técnico profissional de arquivo, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oliveira de Azeite — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional de 2.ª classe, da mesma carreira, do Arquivo Distrital do Porto.

12 de Dezembro de 2005. — O Subdirector, *José Maria Salgado*.

Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia

Despacho (extracto) n.º 26 855/2005 (2.ª série). — Por despacho da direcção deste Instituto de 29 de Novembro de 2005:

Licenciado Hugo Moreiras Marques Lourenço, técnico jurista assessor da Direcção-Geral dos Impostos, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Departamento de Administração Geral da Agência Portuguesa de Segurança Alimentar — nomeado, em regime de substituição, director do Departamento do Cinema, do Audiovisual e do Multimédia, nos termos do artigo 27.º conjugado com o n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2005. — Pela Direcção, o Presidente, *José Pedro Ribeiro*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 26 856/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Dezembro de 2005 do vice-presidente deste Instituto, por delegação, obtida a anuência do serviço de origem:

Isabel Alexandra Monteiro da Silva, técnica profissional especialista do quadro de pessoal do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia — prorrogada a requisição, pelo período de um ano, para exercer funções na Direcção Regional de Lisboa deste Instituto, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

15 de Dezembro de 2005. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Direcção Regional de Saúde

Centro de Saúde da Praia da Vitória

Aviso n.º 81/2005/A (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, de acordo com as adaptações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração de 9 de Dezembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso, concurso externo geral de ingresso para admissão de um estagiário com vista ao ingresso na carreira de técnico superior do regime geral, o qual se destina ao preenchimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe (ciências da nutrição) do quadro de pessoal do Centro de Saúde da Praia da Vitória, de acordo com a resolução n.º 189/2005, de 9 de Dezembro.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro.

5 — Compete genericamente ao técnico superior conceber, adoptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos.

6 — A remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo o local de trabalho no Centro de Saúde da Praia da Vitória e as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano, sendo feito em regime de contrato administrativo de provimento.

8 — Requisitos de admissão ao concurso: